



Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Piriá

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

LEI Nº 011/93 DE 14 DE ABRIL DE 1993.

CAPÍTULO II

Das Condições Relativas a apresentação de Projetos

Art. 6º - Os projetos arquitetônicos deverão ser apresentados ao órgão competente da Prefeitura Municipal em cópia heliográfica, fotocópia ou similar, contendo os seguintes elementos:

I - planta de situação e localização na escala mínima de 1:500 (um para quinhentos) onde constarão:

a) - a projeção da edificação ou das edificações dentro do lote, figurando rios, canais e outros elementos que possam orientar a decisão das autoridades municipais;

b) - as dimensões das divisas do lote e as dos afastamentos da edificação em relação às divisas e à outra edificação porventura existente no lote;

c) - definição do norte;

d) - indicação da numeração do lote a ser construído e dos lotes vizinhos.

II - planta baixa de cada pavimento da construção na escala mínima de 1:100 (um para cem), determinando:

a) - as dimensões e áreas exatas de todos os compartimentos, inclusive dos vãos de iluminação, ventilação, garagem e áreas de estacionamento;

b) - a finalidade de cada compartimento;

c) - os traços indicativos dos cortes longitudinais e transversais;

d) - indicação das espessuras das paredes e dimensões externas totais da obra.

III - Cortes transversal e longitudinal, indicando a altura dos compartimentos, níveis dos pavimentos, alturas das portas, janelas e peitoris, e demais elementos necessários à compreensão do projeto na escala mínima de 1:100 (um para cem);

IV - planta de cobertura com indicação do caimento na escala mínima de 1:200 (um para duzentos);

V - elevação da fachada ou fachadas voltadas para a via pública na escala mínima de 1:100 (um para cem).

§ 1º - No caso de reforma ou ampliação deverá ser indicado no projeto o que será demolido, construído ou conservado de acordo com as seguintes convenções de cores:

a) - cor natural da cópia heliográfica para as partes existentes a conservar;

b) - cor amarela para as partes a serem demolidas;

c) - cor vermelha para as partes novas acrescidas.

§ 2º - Nos casos de projetos para construção de edificações de grandes proporções, as escalas mencionadas no "caput" deste artigo poderão ser alteradas, devendo contudo ser consultado, previamente, o órgão competente da Prefeitura Municipal.



Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Piriá

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

LEI Nº 011/93 DE 14 DE ABRIL DE 1993

CAPÍTULO III

Da Aprovação do Projeto e Concessão de Licença

Art. 7º - Para efeito de aprovação dos projetos ou concessão de licença, o proprietário deverá apresentar à Prefeitura Municipal os seguintes documentos:

I - requerimento solicitando a aprovação do projeto ou a concessão de licença assinado pelo proprietário ou procurador legal

II - projeto arquitetônico (conforme especificação no Capítulo II deste Código), apresentado em 3 (três) jogos completos de cópia heliográfica, fotocópia ou similar, assinados pelo proprietário, pelo autor do projeto e pelo responsável técnico pela obra, após o visto, um dos jogos será devolvido ao requerente junto com a respectiva licença, enquanto os demais serão arquivados na Prefeitura.

III - croqui em duas vias, nos casos especificados no art. 2º desta Lei.

Art. 8º - Após a aprovação do projeto e comprovado o pagamento das taxas devidas, a Prefeitura fornecerá alvará de construção válido por 2 (dois) anos, cabendo ao interessado requerer revalidação.

§ Único - As obras que por sua natureza exigirem períodos superiores a 2 (dois) anos para a construção, poderão ter ampliado o prazo previsto no "caput" deste artigo mediante exame do cronograma pela Prefeitura Municipal.

Art. 9º - A Prefeitura terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de entrada do processo, para se pronunciar quanto ao projeto apresentado.

CAPÍTULO IV

Da Execução da Obra

Art. 10º - A execução da obra somente poderá ser iniciada depois de aprovado o projeto e expedido o alvará de licença.

Art. 11º - Uma obra será considerada iniciada assim que estiver com os alicerces prontos.

Art. 12º - Deverá ser mantido na obra o alvará de licença juntamente com o jogo de cópias do projeto apresentado à Prefeitura e por ela visado, para apresentação, quando solicitado, aos fiscais de obra ou à outras autoridades competentes da Prefeitura.

Art. 13º - Quando expirar o prazo do alvará e a obra não estiver concluída deverá ser providenciada a solicitação de uma nova licença que poderá ser concedida em prazo de 1 (um) ano sempre após vistoria da obra pelo órgão municipal competente.



Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Piriá

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

LEI Nº 011/93 DE 14 DE ABRIL DE 1993

Art. 14º - Não será permitida, sob pena de multa ao responsável pela obra, a permanência de qualquer material de construção na via pública por tempo maior que o necessário para sua descarga e remoção.

Art. 15º - Nenhuma construção ou demolição poderá ser executada no alinhamento predial sem que seja obrigatoriamente protegida por tapumes que garantam a segurança de quem transita pelo logradouro.

Art. 16º - Tapumes e andaimes não poderão ocupar mais do que a metade da largura do passeio, deixando a outra inteiramente livre e desimpedida para os transeuntes.

CAPÍTULO V

Da Conclusão e Entrega da Obra

Art. 17º - Uma obra é considerada concluída quando tiver condições de habitabilidade, estando em funcionamento as instalações hidro-sanitárias e elétricas.

Art. 18º - Concluída a obra, o proprietário deverá solicitar à Prefeitura Municipal a vistoria da edificação.

Art. 19º - Procedida a vistoria e constatado que a obra foi realizada em consonância com o projeto arquitetônico apresentado, obriga-se a Prefeitura Municipal a expedir o "habite-se" no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data de entrada do requerimento.

Art. 20º - Poderá ser concedido "habite-se" parcial a juízo do órgão competente da Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único - O "habite-se" parcial poderá ser concedido nos seguintes casos:

I - quando se trata de prédios composto de parte comercial e parte residencial e puder cada uma das partes ser utilizada independentemente da outra;

II - quando se trata de mais de uma construção feita independentemente, no mesmo lote;

III - quando se trata de edificação em vila estando seu acesso devidamente concluído.

Art. 21º - Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem que seja procedida a vistoria pela Prefeitura e expedido o respectivo "habite-se".

CAPÍTULO VI

Das Condições Gerais Relativas a Edificação

SEÇÃO I

Das Fundações

Art. 22º - As fundações serão executadas de modo que a carga sobre o solo não ultrapasse os limites indicados nas especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).



Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Piriá

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

LEI Nº 011/93 DE 14 DE ABRIL DE 1993

§ 1º - As fundações não poderão invadir o leito da via pública;

§ 2º - As fundações das edificações deverão ser executadas de maneiras que não prejudiquem os imóveis vizinhos, sejam totalmente independentes e situados dentro dos limites do lote.

SEÇÃO II

Das paredes e dos Pisos

Art. 23º - As paredes internas e/ou externas quando executadas em alvenaria de tijolos ou com a utilização de outros materiais alternativos, deverão ter espessuras mínimas compatíveis com seus respectivos índices de resistência.

Art. 24º - As paredes de banheiros, despensas e cozinhas deverão ser revestidas no mínimo, até a altura de 1,50 (um metro e cinquenta centímetros), de material impermeabilizante, lavável, liso e resistente.

Art. 25º - Os pisos dos compartimentos assentados diretamente sobre o solo deverão ser convenientemente impermeabilizado.

Art. 26º - Os pisos de banheiros e cozinhas deverão ser impermeáveis e laváveis.

SEÇÃO III

Dos Corredores, Escadas e Rampas

Art. 27º - Nas construções, em geral, as escadas ou rampas para pedestres, assim como os corredores, deverão ter a largura mínima de 1,20 (um metro e vinte centímetros) livres.

Parágrafo Único - Nas edificações residenciais serão permitidas escadas e corredores privados, para cada unidade, com largura mínima de 80 cm (oitenta centímetros) livres.

Art. 28º - O dimensionamento dos degraus obedecerá a uma altura mínima de 18 cm (dezoito centímetros) e uma profundidade de 25 cm (vinte e cinco centímetros).

Parágrafo Único - Não serão permitidas escadas em leques nas edificações de uso coletivo.

Art. 29º - Nas escadas de uso coletivo sempre que a altura for superior a 2,80 m (dois metros e oitenta centímetros), será obrigatório intercalar um patamar de largura mínima igual a largura adotada para a escada.

Art. 30º - As escadas de uso coletivo deverão ter superfície revestida com material anti-derrapante.

SEÇÃO IV

Das Fachadas

Art. 31º - É livre a composição das fachadas, excetuando as localizadas em zonas tombadas devendo, neste caso, ser ouvido o órgão específico na esfera competente.

SEÇÃO V

Das Coberturas



Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Piriá

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

LEI Nº 011/93 DE 14 DE ABRIL DE 1993

Art. 32º - As coberturas das edificações serão construídas com materiais que possuam impermeabilidade e isolamento térmico.

Art. 33º - As águas pluviais provenientes das coberturas serão esgotadas dentro dos limites do lote, não sendo permitido o desague sobre lotes vizinhos ou logradouros.

Parágrafo Único - As edificações situadas no alinhamento deverão dispor de calhas e condutores, e as águas canalizadas por baixo do Passeio.

SEÇÃO VI

Das Marquizes e Balanços

Art. 34º - A construção de marquizes na testada de edificações construídas no alinhamento, não poderão exceder a $\frac{3}{4}$ (três quartos) da largura do passeio

§ 1º - nenhum de seus elementos estruturais ou decorativos poderá estar a menos de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) acima do passeio público.

§ 2º - A construção de marquizes não poderá prejudicar a arborização e a iluminação públicas, assim como não poderá ocultar placas de nomeclatura, de numeração e de sinalização.

§ 3º - O balanço não poderá exceder a $\frac{3}{4}$ da largura do passeio.

SEÇÃO VII

Dos Muros, Calçadas e Passeios

Art. 35º - A Prefeitura Municipal poderá exigir dos proprietários, a construção de muros de arrimo e de proteção sempre que o nível do terreno for superior ao logradouro público ou quando houver desnível entre os lotes que possam ameaçar a segurança pública.

Art. 36º - Os terrenos baldios nas ruas pavimentadas deverão ser convenientemente isolados do logradouro público.

Art. 37º - Os proprietários dos imóveis que tenham frente para logradouros públicos pavimentados ou dotados de meio-fio serão obrigados a pavimentar e manter em bom estado os passeios em frente de seus lotes.

Parágrafo Único - Em determinadas vias a Prefeitura Municipal poderá estabelecer a padronização da pavimentação dos passeios, por razões de ordem técnica e estética.

SEÇÃO VIII

Da Iluminação e Ventilação

Art. 38º - Todo compartimento deverá dispor de abertura comunicando-se diretamente com o logradouro ou espaço livre dentro do lote, para fins de iluminação e ventilação.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica a corredores e caixas de escada.

Art. 39º - Não poderá haver abertura em paredes levantadas sobre a divisa ou a menos de 1,50 (um metro e cinquenta centímetros) da mesma.



Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Piriá

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

LEI Nº 011/93 DE 14 DE ABRIL DE 1993

Art. 40º - Aberturas para iluminação e ventilação dos cômodos de longa permanência, confrontantes em unidades diferentes e localizadas no mesmo terreno, não poderão ter entre elas distância inferior a 3,00 m (três metros), mesmo que estejam num único edifício.

Art. 41º - São consideradas de longa permanência os compartimentos destinados a: dormitórios, salas, residências e para desenvolvimento de atividades comerciais e de prestação de serviços.

4 Parágrafo Único - Os demais compartimentos são considerados de curta permanência.

Art. 42º - Os poços de ventilação, permitidos somente para compartimentos de curta permanência, não poderão, ter área menor que 1,50 m² (um metro e cinquenta centímetros quadrados), nem dimensão menor que 1,00 m (um metro), devendo ser revestidos internamente e ter acesso na base.

Parágrafo Único - Somente serão permitidos para ventilar compartimentos de curta permanência.

SEÇÃO IX

Dos Alinhamentos e dos Afastamentos

Art. 43º - Todos os prédios construídos ou reconstruídos dentro do perímetro urbano deverão obedecer ao alinhamento e ao recuo obrigatório, fornecidos pela Prefeitura Municipal.

Art. 44º - Os afastamentos mínimos previstos serão:

- a) - afastamento frontal: 3,00 m (três metros);
- b) - afastamentos laterais de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), quando existir abertura para iluminação e ventilação.
- c) - afastamento de fundo de 5,00 m (cinco metros)

SEÇÃO X

Das Instalações Hidráulicas e Sanitárias

Art. 45º - As instalações hidráulicas deverão ser feitas de acordo com as especificações do órgão competente.

Art. 46º - É obrigatória a ligação da rede domiciliar às redes gerais de água e esgoto quando tais redes existirem na via pública, em que se situa a edificação.

Art. 47º - Enquanto não houver rede de esgoto, as edificações serão dotadas de fossas, localizadas adequadamente, dentro do lote e com capacidade proporcional ao número de pessoas que ocupam o prédio.



Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Piriá

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

LEI Nº 011/93 DE 14 DE ABRIL DE 1993

§ 1º - No caso de fossa séptica, as águas dos seus afluentes serão infiltradas no terreno por meio de sumidouro, convenientemente construído.

§ 2º - As águas provenientes de pias de cozinha e de copa deverão passar por uma caixa de gordura antes de serem lançadas no sumidouro.

§ 3º - No caso de não haver rede de distribuição de água esta poderá ser obtida por meio de poços com tampos, perfurados em parte do terreno mais elevado em relação ao nível de fossa e dela afastado no mínimo quinze metros.

CAPÍTULO VII

Das Edificações Residenciais

SEÇÃO I

Das Condições Gerais

Art. 48º - Os compartimentos das edificações para fins residenciais conforme sua utilização obedecerão as seguintes condições quanto as dimensões mínimas:

COMPARTIMENTO	ÁREA MÍNIMA (M ²)	LARGURA MÍNIMA (M)	PÉ-DIREITO MÍNIMO (M)	PORTAS LARGURAS MÍNIMAS (M)	ÁREA MÍNIMA DOS VÃOS DE I-LUMINAÇÃO EM RELAÇÃO A ÁREA DE PISO
SALA	10,00	2,50	2,70	0,80	1/5
QUARTO	9,00	2,50	2,70	0,70	1/5
COZINHA	4,00	2,00	2,40	0,80	1/8
COPA	4,00	2,00	2,40	0,70	1/8
BANHEIRO	2,50	1,20	2,40	0,60	1/8
HALL	-	1,00	2,40	-	1/10
CORREDOR	-	0,90	2,40	-	1/10

§ 1º - Poderá ser admitido um quarto de serviço com área inferior àquela prevista no presente artigo, e com largura mínima de 2,00 m (metros)

§ 2º - Os banheiros que contiverem apenas um vaso e um cheveiro ou um vaso e um lavatório, poderão ter área mínima de 1,50 m² (um metro e cinquenta centímetros quadrados) e largura mínima de 90 cm (noventa centímetros).

§ 3º - As portas terão 2,10 m (dois metros e dez centímetros) de altura no mínimo, sendo suas larguras variáveis segundo especificações do "caput" do artigo.



Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Piriá

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

LEI Nº 011/93 DE 14 DE ABRIL DE 1993

SEÇÃO II

Dos Estabelecimentos de Hospedagem

Art. 49º - Além de outras disposições deste Código e das demais leis Municipais, Estaduais e Federais que lhe forem aplicáveis, os estabelecimentos de hospedagem deverão obedecer as seguintes exigências:

- I - recepção com serviço de portaria;
- II - entrega de serviço independente da entrada de hospede;
- III - possuir instalações sanitárias separadas por sexo para os hóspedes na proporção de um vaso sanitário, um chuveiro e um lavatório, no mínimo para cada 72 m² de área útil quando não possua sanitários privativos em todos os quartos
- IV - Instalações sanitárias do pessoal de serviço independentes e separadas das destinadas aos hóspedes;
- V - local centralizado para coleta de lixo com terminal em recinto fechado.

CAPÍTULO VIII

Das edificações não residenciais

SEÇÃO I

Das Edificações para uso Industrial

Art. 50º - A construção, reforma ou adaptação de prédios para uso industrial somente será permitida em áreas previamente aprovadas pela Prefeitura Municipal.

Art. 51º - As edificações de uso industrial deverão atender além das demais disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, as seguintes:

- I - afastamento mínimo de 3,00m (três metros) das divisas laterais e de fundos;
- II - terem afastamento mínimo de 5,00 m (cinco metros), da divisa frontal, sendo permitido neste espaço o pátio de estacionamento;
- III - as fontes de calor ou dispositivos onde se concentram as mesmas, convenientemente dotadas de isolamento térmico e afastadas pelo menos 0,50 m (cinquenta centímetros), das paredes;
- IV - os depósitos de combustíveis em locais adequadamente preparados;
- V - as escadas e os entrepisos de material incombustível
- VI - nos locais de trabalho, iluminação e ventilação natural através de abertura com área mínima de 1/7 (um sétimo), da área de piso, sendo admitidos lanternins;
- VII - compartimentos sanitários em cada pavimento devidamente separados para ambos os sexos na proporção de 1 para cada 15 empregados.



Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Piriá

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

LEI Nº 011/93 DE 14 DE ABRIL DE 1993.

§ 1º - Não será permitida a descarga de esgotos sanitários de qualquer procedencia e despejos industriais "innatura" nas valas coletoras de águas pluviais, ou em qualquer curso d'água.

§ 2º - A natureza do revestimento do piso e das paredes das edificações destinadas as indústrias, dependerá da atividade a ser desenvolvida devendo ser executada de acordo com as Leis sanitárias do Estado.

SEÇÃO II

Das Edificações Destinadas ao Comércio, Serviço e atividades profissionais

Art. 52º - Além das disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis, as edificações destinadas ao comércio, serviços e atividades profissionais, deverão ser dotadas de:

I - reservatório de água, de acordo com as exigências do órgão ou empresa encarregada do abastecimento de água, totalmente independente da parte residencial quando se tratar de edificação de uso misto;

II - áreas coletoras de lixo, devidamente arejadas;

III - aberturas de ventilação e iluminação na proporção de no mínimo 1/6 (um sexto) da área do compartimento;

IV - pé-direito mínimo de 4,50 m (quatro metros e cinquenta centímetros), quando dá previsão do mezanino ou sobre-loja no interior da loja;

V - instalações sanitárias privativas em todos os conjuntos ou salas com área igual ou superior a 20 m² (vinte metros quadrados).

§ 1º - A natureza do revestimento do piso e das paredes das edificações destinadas ao comércio, dependerá da atividade a ser desenvolvida, devendo ser executadas de acordo com as Leis sanitárias do Estado.

§ 2º - Fica a critério da Prefeitura a localização dos estabelecimentos referidos nesta seção.

SEÇÃO III

Dos Estabelecimentos Hospitalares e Laboratórios

Art. 53º - As edificações destinadas a estabelecimentos hospitalares e de laboratórios de análise e pesquisas, devem obedecer as normas específicas estabelecidas pelo Ministério da Saúde, bem como as normas estipuladas pela Secretaria de Saúde do Estado.

Parágrafo Único - As edificações de que trata o artigo anterior deverão ser dotadas de instalação coletora de lixo tipicamente hospitalar convenientemente disposta, perfeitamente vedada e dotada de dispositivo para limpeza e lavagem.



Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Piriá

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

LEI Nº 011/93 DE 14 DE ABRIL DE 1993

SEÇÃO IV

Das Escolas e dos Estabelecimentos de Ensino

Art. 54º - As edificações destinadas a estabelecimentos escolares deverão obedecer as normas determinadas pelo Ministério da Educação e das condições estipuladas pela Secretaria de Educação do Estado, além das disposições deste Código que lhes forem aplicáveis.

SEÇÃO V

Dos Predios Públicos

Art. 55º - Além das demais disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, os edifícios públicos deverão obedecer ainda as seguintes condições mínimas, para cumprir o previsto no artigo 3º da presente Lei.

I - as rampas de acesso ao prédio deverão ter declividade máxima de 12% (doze por cento); se a mesma exceder 6% (seis por cento) deverão possuir piso anti-derrapante e e corrimão na altura de 0,75 m (setenta e cinco centímetros);

II - na impossibilidade de construção de rampas, a portaria deverá ser no mesmo nível da calçada;

III - todas as portas deverão ter largura mínima de 80 cm (oitenta centímetros);

IV - os corredores deverão ter largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros);

V - a altura máxima de interruptores e campainhas de elevadores será de 0,80 m (oitenta centímetros).

Art. 56º - Em pelo menos um gabinete sanitário de cada banheiro masculino e feminino, deverão ser obedecidas as seguintes condições:

I - dimensões mínimas de 1,40 x 1,85 m (um metro e quarenta por um metro e oitenta e cinco centímetros).

II - o eixo do vaso sanitário deverá ficar a uma distância de 45 cm (quarenta e cinco centímetros), de uma das paredes laterais;

III - as portas não poderão abrir para dentro dos gabinetes sanitários, e terão no mínimo 80 cm (oitenta centímetros) de largura;

IV - os demais equipamentos não poderão ficar a altura superior a 1 m (um metro).

SEÇÃO VI

Dos postos de Abastecimento de veículos, lavagem e Lubrificação

Art. 57º - Além de outros dispositivos deste Código



Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Piriá

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

LEI Nº 011/93 DE 14 DE ABRIL DE 1993.

que lhes forem aplicáveis, os postos de abastecimento de veículos, lavagem e lubrificação estarão sujeitos aos seguintes itens:

I - apresentação de projetos detalhados dos equipamentos e instalações;

II - construção em materiais não combustíveis;

III - construção de muros de alvenaria de 2 m (dois metros) de altura, separando-o das propriedades vizinhas;

IV - construção de instalações sanitárias franqueadas ao público, separadas para ambos os sexos.

Parágrafo Único - As edificações para postos de abastecimento de veículos, lavagem e lubrificação, deverão ainda observar as normas do Conselho Nacional do Petróleo e do Ministério do Trabalho.

SEÇÃO VII

Das Áreas de Estacionamento

Art. 58º - As condições para o cálculo do número mínimo de vagas de veículos serão na proporção abaixo discriminada, por tipo de uso das edificações:

I - residência multifamiliar: 1 (uma) vaga para por unidade residencial;

II - supermercado com área superior a 200 m² (duzentos metros quadrados): 1 (uma) vaga para cada 25m² (vinte e cinco metros quadrados), de área útil;

III - restaurantes, churrascarias e similares, com área útil superior a 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) 1 (uma) vaga para cada 40 m² (quarenta metros quadrados), de área útil;

IV - hotéis, albergues ou similares: 1 (uma) vaga para cada 2 (dois) quartos;

V - motéis: 1 (uma) vaga por quarto;

VI - hospitais, clínicas e casas de saúde: 1 (uma) vaga para cada 100 m² (cem metros quadrados) de área útil.

§ 1º - Será considerado área útil para os cálculos referidos neste artigo as áreas utilizadas pelo público, ficando excluídos: depósitos, cozinhas, circulação de serviços ou similares.

§ 2º - Além da área prevista para o estacionamento de veículos, deverá ser destinada nos estabelecimentos de que trata o presente capítulo, uma faixa de 1,50 x 10 m (um metro e cinquenta centímetros por dez metros), para estacionamento de bicicletas, com o equipamento necessário a segurança das mesmas.

Art. 59º - A área mínima por vaga deverá ser de 15 m² (quinze metros quadrados), com largura mínima de 3 m (tres metros).



Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Piriá

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

LEI Nº 011/93 DE 14 DE ABRIL DE 1993.

Art. 60º - Será permitido que as vagas de veículos exigidas para as edificações ocupem áreas liberadas pelos afastamentos laterais, frontais e de fundos, desde que sejam preservadas as áreas verdes existentes.

Art. 61º - As áreas de estacionamento que por ventura não estejam previstas neste Código serão, por semelhança, estabelecidas pelo órgão competente da Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO IX Das Demolições

Art. 62º - A demolição de qualquer edificação só poderá ser executada mediante licença expedida pelo órgão competente da Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único - O requerimento de licença para demolição, deverá ser assinado pelo proprietário da edificação a ser demolida.

Art. 63º - A Prefeitura Municipal poderá, a juízo de órgão técnico competente, obrigar a demolição de prédios que estejam ameaçados de desabamento ou de obras em situação irregular, cujos proprietários não cumpram com as determinações deste Código.

CAPÍTULO X Das Construções Irregulares

Art. 64º - Qualquer obra, em qualquer fase, sem a respectiva licença estará sujeita a multa, embargo, interdição e demolição.

Art. 65º - A fiscalização, no âmbito de sua competência, expedirá notificações e autos de infração endereçadas ao proprietário da obra ou ao responsável técnico, para cumprimento das disposições deste Código.

Art. 66º - As notificações serão expedidas apenas para o cumprimento de alguma exigência acessória contida no processos tais como regularização do projeto, da obra ou por falta de cumprimento das disposições deste Código.

§ 1º - Expedida a notificação, terá o prazo de 15 dias para o proprietário ou responsável técnico cumprá-la.

§ 2º - Esgotado o prazo de notificação, sem que a mesma seja atendida, lavrar-se-á o auto de infração.

Art. 67º - Não caberá notificação, devendo o infrator ser imediatamente autuado:

I - quando iniciar obra sem a devida licença da Prefeitura Municipal;



Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Piriá

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

LEI Nº 011/93 DE 14 DE ABRIL DE 1993.

II - quando não cumprir notificação no prazo regulamentar;

III - quando embargo ou interdição.

Art. 68º - A obra em andamento, seja ela de reparo, reconstrução, reforma ou construção, será embargada, sem prejuízo das multas e outras penalidades, quando:

I - estiver sendo executada sem o alvará de licença expedido pela Prefeitura Municipal, nos casos em que o mesmo for necessário conforme previsto na presente Lei;

II - desrespeitado for o respectivo projeto;

III - o proprietário ou responsável pela obra recusar-se a atender qualquer notificação da Prefeitura Municipal, referente às disposições deste Código;

IV - não forem observados o alinhamento e nivelamento;

V - estiver em risco sua estabilidade.

Art. 69º - Para embargar uma obra deverá o fiscal, ou funcionário credenciado pela Prefeitura Municipal, lavrar um auto de embargo.

Art. 70º - O embargo somente será suspenso após o cumprimento das exigências consignadas no auto de embargo.

Art. 71º - O prédio, ou qualquer de suas dependências poderá ser interditado provisória ou definitivamente pela Prefeitura Municipal, nos seguintes casos:

I - ameaça a segurança e estabilidade das construções próximas;

II - obras em andamento com risco para o público ou para o pessoal da obra.

Art. 72º - Não atendida a interdição, não realizada a intervenção ou indeferido do respectivo recurso, terá início a competente ação judicial.

Parágrafo Único - O prazo para interpor recurso contra a interdição será de no máximo 10 (dez) dias.

CAPÍTULO XI Das Multas

Art. 73º - A aplicação das penalidades previstas no Capítulo X da presente Lei, não eximem o infrator da obrigação do pagamento de multa por infração, nem da regularização da mesma.

Art. 74º - As multas serão acumuladas com base na unidade fiscal do Município (U F M) e obedecerão o seguinte escalonamento: